

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Nota 1 - Contexto Operacional - a) A Missão Sal da Terra, fundada em 04 de dezembro de 1981, é uma associação beneficente de caráter filantrópico, sem fins lucrativos e econômicos, com fins sociais, educacionais, recreativos e de apoio à saúde, com sede e Rio na Cidade de Uberlândia - MG. A Missão Sal da Terra, que funciona por prazo indeterminado, possui doze filiais em funcionamento, sendo 11 no município de Uberlândia, e uma no município de Araguari. b) As principais fontes de receita são decorrentes dos Contratos de Gestão da UAI São Jorge e UAI Pampulha assinados com a Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia, bem como, do Contrato de Gestão da UPA de Araguari, assinado com a Secretaria Municipal de Saúde de Araguari. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76, e considera as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC 2016/NBC-TG 1.000 R1), bem como as normas aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro aprovadas pela Resolução CFC 2015/ITG 2.002 (R1), e demais disposições complementares. Estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior. **Nota 3 - Principais Diretrizes Contábeis** - (a) Contrato de Gestão PMU. Refere-se a valores a Receber de Contratos de Gestão, assinados com a Prefeitura Municipal de Uberlândia. (b) Parcelas Contingências a Receber. Refere-se ao reconhecimento de valores a receber da Prefeitura Municipal de Uberlândia, em contra-parida às Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis, reconhecidas como obrigações no Passivo Circulante. (c) INSS a Recuperar. Refere-se principalmente aos valores pagos de cota patronal no período de abril a julho de 2008, recolhidos indevidamente, uma vez que o benefício da isenção foi concedido a partir de abril de 2008. (d) Imobilizado. Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da Associação, decorrentes de operações que transfiram à Associação os benefícios, riscos e controles desses bens. Os bens estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens. (e) Provisões de Férias e Encargos. Foram calculadas e contabilizadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, inclusive os encargos correspondentes. (f) As despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. (g.) As receitas estão apropriadas pelo regime de competência. **Nota 4 - Imobilizado** - O imobilizado tem a seguinte composição:

Aplicação dos Recursos - Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais. **Nota 10 - As Gratuidades** estão registradas nas seguintes contas:
 4.1.01 - Despesas com Pessoal;
 4.1.02 - Despesas com Terceiros;
 4.1.03 - Despesas com Encargos Sociais;
 4.1.04 - Despesas com Alimentação;
 4.1.05 - Despesas com Administração;
 4.1.06 - Despesas Médico Hospitalar;
 4.1.07 - Despesas com Manutenção Geral;
 4.1.08 - Despesas com Manutenção Predial;
 4.1.09 - Despesas Operacionais;
 4.1.10 - Despesas com Veículos e Transporte;
 4.1.11 - Despesas Bancárias e Financeiras;
 4.1.12 - Impostos e Taxas, e
 4.1.13 - Despesas em Geral.

Nota 11 - Gratuidades Concedidas - No exercício de 2017, os valores das gratuidades concedidas, em atendimento ao disposto no Art. 4º, Item II, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, estão assim representados:

Código	Descrição	2017
4.1.01	Despesas com Pessoal	63.272.972,10
4.1.02	Despesas com Terceiros	3.943.601,52
4.1.03	Despesas com Encargos Sociais	19.079.236,67
4.1.04	Despesas com Alimentação	1.025.103,55
4.1.05	Despesas com Administração	1.145.466,43
4.1.06	Despesas Médico Hospitalar	2.210.148,61
4.1.07	Despesas Manutenção Geral	841.218,33
4.1.08	Despesas Manutenção Predial	207.015,41
4.1.09	Despesas Operacionais	95.771,94
4.1.10	Despesas com Veículos e Transporte	92.560,43
4.1.11	Despesas Bancárias e Financeiras	1.022.271,79
4.1.12	Impostos e Taxas	43.309,05
4.1.13	Despesas em Geral	269.153,70
	Total	93.247.829,53

Nota 12 - Doações - No exercício de 2017, a entidade recebeu doações em dinheiro e materiais no valor de R\$ 340.566,50, as quais foram contabilizadas em:

Receitas Próprias - Doações	R\$ 336.829,55
Doações de Gêneros Alimentícios	R\$ 86,40
Doações de Materiais Diversos	R\$ 3.650,55

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo de auditoria. Além disso: - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequadas. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016, que estão sendo apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós auditadas, cujo parecer sem modificação foi emitido em 18 de maio de 2017. Uberlândia(MG), 25 de abril de 2018.